

Estudo sobre a adesão e o impacto das e.iniciativas

Nota de divulgação

Atentas as funções de assessoria ao governo e de acompanhamento do mercado através da realização de estudos relacionados com o desenvolvimento da sociedade de informação, o ICP-ANACOM publicou em Fevereiro de 2009 um primeiro estudo, concluído no final de 2008, sobre o impacto das e.iniciativas (integrando os programas e.escola, e.professor e e.oportunidades) e a avaliação das políticas relacionadas, no que à adesão e utilização de tecnologias de comunicação (nomeadamente a banda larga) diz respeito, com vista à eventual identificação de medidas para optimização do projecto¹.

Decorrido cerca de um ano após a conclusão do primeiro estudo, considerou-se oportuno proceder, com recurso a uma entidade externa seleccionada através de concurso público, a uma reavaliação do impacto das e.iniciativas junto dos públicos-alvo, nomeadamente tendo em conta a evolução das condições de mercado e das próprias e.iniciativas.

De uma forma geral, destaca-se que os resultados do inquérito realizado em sede deste estudo sugerem a existência de impactos directos positivos sobre os aderentes e os seus agregados familiares (em especial no que concerne a uma maior regularidade de utilização do computador e da internet).

A taxa de adesão das e.iniciativas, de acordo com dados do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação (GEPE) e da Fundação para as Comunicações Móveis (FCM) situava-se, em Abril de 2009 (data dos dados mais recentes disponibilizados ao ICP-ANACOM), em cerca de 41% (o que compara com a taxa de

¹ <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=829158>.

adesão de 38% registada, para Novembro de 2008, no estudo anteriormente publicado), valor que se aproxima do apurado através do inquérito concluído em Outubro de 2009 (43,8%).

Acresce que as taxas de adesão, em especial no programa e.escola, tendem a ser maiores nas regiões do interior do que nas regiões do litoral, o que sugere que as e.iniciativas potenciam a adesão em zonas onde a adesão à banda larga disponibilizada em condições comerciais normais tem vindo a processar-se a um ritmo menos rápido.

O factor custo surge, de acordo com os resultados do inquérito efectuado, como um dos principais factores motivadores da adesão, a qualquer um dos programas que compõem as e.iniciativas, sendo que a mobilidade (e.g. computador portátil e internet móvel) é também relevante para um número expressivo de aderentes aos programas e.escola e e.professor.

De facto, ainda de acordo com os resultados desse inquérito, entre cerca de 91% e 96% dos aderentes (consoante os programas) provém de agregados familiares onde existiam computadores (fundamentalmente “*desktops*”) antes da adesão, o que sugere que a mobilidade associada ao computador portátil é valorizada, em especial, segundo a mesma fonte, no caso dos programas e.escola e e.professor.

Paralelamente, a maioria dos aderentes é também proveniente de agregados familiares que dispunham de acesso à internet previamente à adesão (cerca de 86% no programa e.professor, 82% no programa e.escola, e 62% no programa e.oportunidades), maioritariamente através de um acesso fixo, o que sugere que a mobilidade no acesso à internet é valorizada, em especial, segundo a mesma fonte, no caso do programa e.escola.

Globalmente, os resultados do inquérito realizado no âmbito do estudo apontam para que cerca de 4/5 dos aderentes se podem considerar "adeptos" das e.iniciativas (entendem-se por "adeptos", os indivíduos aderentes que revelam satisfação com a iniciativa, cumprimento das expectativas iniciais, contributo positivo da mesma para as actividades diárias e disponibilidade à sua recomendação., sem prejuízo de se identificarem eventuais pontos de aperfeiçoamento relacionados, em especial, com melhorias no serviço pós-venda e com algumas das condições de serviço.

São apresentados alguns indicadores associados aos operadores móveis, os quais deverão ser analisados tendo presente que o grau de compromisso assumido por cada operador resultou do concurso público para atribuição das licenças UMTS e que, por esse motivo, o grau de compromisso não é igual para os três operadores.

O ICP-ANACOM agradece a colaboração prestada pelo GEPE, pela FCM e pelos operadores móveis participantes nas e.iniciativas, sem a qual este trabalho não teria sido possível.